

Curso/Disciplina: Direito Civil – Objetivo

Aula: 43

Professor(a): Rafael da Mota Mendonça

Monitor(a): Éllen Borges Lefundes

Aula nº. 43

Cláusula Penal

A incidência de perdas e danos é admitida tanto no inadimplemento absoluto, quanto no inadimplemento relativo. Assim sendo, as partes podem prefixar um valor atinente a perdas e danos, através da cláusula penal. Logo, a cláusula penal é a prefixação das perdas e danos.

Espécies de cláusula penal

- a. **Compensatória** (art. 410 CC): aquela que decorre do inadimplemento absoluto.

Art. 410. Código Civil. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.

- b. **Moratória** (art. 411 CC): aquela que decorre do inadimplemento relativo.

Art. 411. Código Civil. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.

Como a cláusula penal compensatória decorre de um inadimplemento absoluto, as perdas e danos prefixadas vão substituir o cumprimento da obrigação principal. Então, a natureza é substitutiva. Diferente, da cláusula penal moratória como decorre do inadimplemento relativo, a obrigação principal ainda é exigida, mais perdas e danos, que podem ser prefixadas em cláusula penal moratória, portanto, tem natureza complementar.

Atenção: não é possível cumular astreintes com cláusula penal, no inadimplemento absoluto, pois não tem execução específica, tanto que a cláusula penal compensatória tem natureza substitutiva. Mas é possível cumular astreintes com cláusula penal, no inadimplemento relativo.

O art. 412 do CC prevê que o limite da cláusula penal é o valor da obrigação principal.

Art. 412. Código Civil. O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.

A primeira exceção está prevista no § 1º, do art. 1336 do CC. A segunda exceção está no §1º do art. 52 do Código de Defesa do Consumidor. Em se tratando de fornecedor, o limite é a obrigação principal, aplicando, portanto, o Código Civil.

O art. 413 do CC afirma que o juiz deve reduzir o valor da cláusula penal, quando entender que mesmo dentro do limite legal é excessiva, seja porque o devedor já cumpriu a obrigação em parte ou em razão da própria natureza da obrigação.

O art. 413 do CC é norma de ordem pública, logo, as partes não podem afastar a incidência dessa norma em nenhuma hipótese.

Art. 413. Código Civil. A penalidade deve ser reduzida eqüitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

De acordo com o art. 416, parágrafo único, do CC, em regra, quando as partes convencionam cláusula penal por mais que o prejuízo exceda ao valor prefixado, não é possível exigir indenização suplementar, se assim, não foi previamente estipulado.

Art. 416. Código Civil. Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.

Parágrafo único. Ainda que o prejuízo exceda ao previsto na cláusula penal, não pode o credor exigir indenização suplementar se assim não foi convencionado. Se o tiver sido, a pena vale como mínimo da indenização, competindo ao credor provar o prejuízo excedente.